



*Intelectuais na História da Educação:
trajetórias, espaços e contextos*

21 a 24 de maio | 2019

*Cidade Universitária - UFMA | Campus do Bacanga
São Luís - MA | Brasil*

LEIS DA INSTRUÇÃO PÚBLICA NO MARANHÃO IMPÉRIO: questões relacionadas
ao ensino feminino (1835 – 1889)¹

*Claudio Magno Farias (UFMA)² - claudio.farias@ifma.edu.br
Samuel Luis Velázquez Castellanos (UFMA)³ - samuel@ufma.br*

RESUMO

Apresenta-se neste trabalho leis da instrução pública no Maranhão Império que abordam questões relacionadas à formação feminina, visto que, com o desenvolvimento de várias áreas, a instrução pública passou a ser um dos deveres mais categóricos da nação; embora a cultura histórica tenha silenciado por séculos a participação da mulher e influenciado governantes a não se empenharem em ofertar um ensino feminino que desenvolvesse toda a sociedade. Analisa-se as leis da instrução pública no Maranhão Império, no período de 1835 a 1889, no intuito de levantarem-se dispositivos que abordem questões relacionadas à instrução de meninas no Maranhão oitocentista, para se compreender a sua natureza, verificando-se os problemas e as propostas inseridas nos termos legais. Escolhe-se este período, por ser o de maior carência de pesquisas em história da educação no Maranhão e iniciamos a análise a partir de 1835 (por ser o primeiro ano do Império em que se encontram registros), até o final do período imperial. Utilizou-se como fontes documentais as leis dos presidentes de província voltadas para instrução pública da mulher, encontradas em Castro (2009) e bibliografias complementares, entre elas: Alencastro (2006), Fernandes (2003), Gondra (2009), Passos (1997), Priore (2002), Rodrigues (2012), Sá e Siqueira (2000); Velázquez (2012). Concluiu-se que na segunda metade do século XIX, há mudanças nessas questões, impulsionadas pela influência de pensamentos filosóficos e científicos, como o liberalismo e a dinamicidade da vida sociocultural do Brasil, que apontavam a necessidade da instrução feminina vinculada à modernização da sociedade; entende-se nesse sentido, que a leitura e análise das fontes devem ser ampliadas por outras materialidades documentais do período em foco, entre eles: regulamentos da instrução pública; relatórios de presidentes de província; relatórios dos inspetores da inspetoria pública; jornais; dentre outros, na medida em que seja indubitável apregoar o progresso da formação feminina.

Palavras-chave: Leis e Instrução Pública. Ensino feminino. Maranhão Império.

1 INTRODUÇÃO

¹ Este texto é decorrente da pesquisa em andamento no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Maranhão, a qual se realiza junto ao Núcleo de Estudos e Documentação em História da Educação e das Práticas Leitoras – NEDHEL.

² Mestrando no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Maranhão.

³ Doutor em Educação e professor orientador no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Maranhão



XII

ENCONTRO
MARANHENSE DE
HISTÓRIA DA
EDUCAÇÃO

*Intelectuais na História da Educação:
trajetórias, espaços e contextos*

21 a 24 de maio | 2019

*Cidade Universitária - UFMA | Campus do Bacanga
São Luís - MA | Brasil*

Este trabalho é um recorte de uma pesquisa maior em andamento, *A cultura administrativa no Maranhão Império e sua influência na Instrução Pública Primária: discursos dos inspetores e presidentes da província (1843-1870)*, a qual se desenvolve no Programa de Pós-graduação em Educação na UFMA. A incursão pelos estudos sobre a Mulher e as relações de gênero foram estimulados por uma das disciplinas opcionais ministradas no curso, a qual nos deram subsídios para compreender o papel das mulheres na história da educação. Nesse sentido, nossa problemática de investigação sustenta-se em analisar em que medida os avanços estabelecidos nas legislações voltadas para o ensino feminino contribuíram para uma mudança na visão sobre o lugar e o papel social da mulher no Maranhão do oitocentos?

Um aspecto fundamental encontrado durante os estudos sobre a instrução pública do século XIX diz respeito às mulheres terem encontrado no magistério primário, uma primeira alternativa para serem inseridas no mercado de trabalho e assim lutarem por uma mudança de visão sobre a atuação e relevância do desempenho na instrução a nível nacional e local, para além do direcionamento restrito às atividades domésticas como obrigação feminina (tido com consenso) até mais da metade do século XIX pela maioria da sociedade, incluindo nesse quantitativo as próprias mulheres.

Alguns pontos dessa discussão percorrem categorias discutidas por Barros (2003), quando fala sobre a relevância de uma abordagem nos moldes da Nova História Cultural e aponta ser este sustento teórico-metodológico fundamental para se compreender o contexto cultural de um evento e identificar a interligação entre as práticas e as representações. Sendo necessário o entendimento dos modos de vida, das atitudes sociais, das normas de convivência; ou seja, de um conjunto de práticas, que geram como consequência, representações dessas manifestações (BARROS, 2003); conceitos pertinentes à situação feminina, pois se verifica uma tradução da realidade percebida em relação às mulheres por meio das práticas culturais a elas destinadas em correspondência da visão social de sua condição à época.

No século XIX, discussões relacionadas a viabilização de um ensino público que pudesse atender a todas as classes, inclusive as camadas populares, tornaram-se constantes e de certa forma também um desafio dos governantes. Uma lei geral Imperial sobre a instrução foi criada em 1827 e depois, com a descentralização oriunda do Ato Adicional de 1834, várias



*Intelectuais na História da Educação:
trajetórias, espaços e contextos*

21 a 24 de maio | 2019

*Cidade Universitária - UFMA | Campus do Bacanga
São Luís - MA | Brasil*

outras foram surgindo nas províncias. O país vinha de um momento político de instabilidades, de uma série de revoltas espalhadas por todo Império, e vinha buscando formas de equilibrar as lutas pelo poder, bem como garantir medidas que permitissem um melhor controle social.

A instrução da população tinha como um de seus principais papéis, fazer transformações sociais que permitissem que os povos se tornassem mais civilizados, principalmente os das camadas mais populares, buscando um ideal de modernidade, mas que de fato, permitiria mais estabilidade as gestões, proporcionando uma maior governabilidade. Por isso, padrões de moralidade deveriam ser desenvolvidos e trabalhados durante o processo de escolarização do século XIX, além de possibilitar que a formação se tornasse determinante para a ocupação dos melhores cargos.

Nesse contexto de certa doutrinação e utilização do ensino como divisor de classes, se discute a questão da mulher, que era excluída desse processo pois deveria ter como foco uma dedicação para atuar nas atividades domésticas relacionadas ao seu lar. Enquanto não possuíam a oportunidade de acesso à formação, esse gênero teve mais dificuldade de buscar um melhor lugar na sociedade. Com o acesso a instrução, apesar de bem restrito a elas, num primeiro momento, mas que vai avançando no decorrer dos anos, chegando inclusive a permitir que elas pudessem desenvolver uma ocupação.

Este trabalho se propõe a apresentar leis da instrução pública implementadas durante o período oitocentista que abordavam questões voltadas ao ensino feminino. Será possível assim verificar algumas conquistas alcançadas nesse século que ajudaram a trazer algumas transformações a essa realidade. Espera-se que com a organização e análise dessas legislações haja um maior interesse de outros estudiosos para desenvolverem pesquisas sobre mulheres relacionadas à história da educação, fortalecendo os estudos sobre esse tema escasso, tanto no país como um todo, como no Maranhão.

2 INSTRUÇÃO PÚBLICA NO MARANHÃO OITOCENTISTA

As primeiras décadas do período imperial no Maranhão foram marcadas por dificuldades em relação à viabilização do processo de instrução pública, cuja iniciativa havia sido incentivada pelo governo imperial brasileiro desde sua Carta Constitucional de 1824, com o estabelecimento da gratuidade do ensino primário a todos os cidadãos e o comprometimento com a abertura de colégios e universidades. Uma Lei Geral destinada especificamente a essa



*Intelectuais na História da Educação:
trajetórias, espaços e contextos*

21 a 24 de maio | 2019

*Cidade Universitária - UFMA | Campus do Bacanga
São Luís - MA | Brasil*

temática, foi sancionada em 1827, com a finalidade de fornecer os mecanismos que permitissem a sua concretização, ajudando na implantação das escolas de primeiras letras e definindo que os saberes elementares (ler, escrever e contar) fossem ministrados por meio do tripé: Língua Portuguesa, História Nacional e Religião Católica. O Estado demonstrava, através dessas medidas, seu propósito de, por meio da instrução, conferir ao Império brasileiro a condição de moderno e civilizado. (GONDRA, 2004).

Essa busca de modernidade e civilidade do povo através do ensino é destacada por Abreu (2002), o qual aponta a necessidade de abranger-se desde a formação dos profissionais, até a prática do ensino adotada:

A civilidade precisava ser a meta do ensino e da formação profissional; implementada nos hábitos e costumes da população como um todo; exposta na aparência das cidades, em seu traçado, nas áreas de lazer e de serviços urbanos básicos. Enfim, precisava estar presente em todos os aspectos da sociedade, moldando os valores, as normas e os padrões não apenas das elites, mas também dos homens e mulheres livres (ABREU, 2002, p. 142).

A aprovação do Ato Adicional de 1834 permitiu que as próprias províncias tivessem flexibilidade para legislar acerca da instrução pública, implementando assim políticas mais próximas a sua realidade local. Entretanto essa legislação também trouxe como consequência uma maior dependência de investimentos próprios para as ações voltadas ao ensino, originando assim enormes dificuldades que muitas vezes impossibilitavam essas medidas. Com exceção de estados como o de São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais, os demais, incluindo o Maranhão, por maior boa vontade que pudesse haver por parte dos seus dirigentes, não tinham condições financeiras e estruturais que garantissem um ensino adequado à população do início do século XIX. (FERNANDES, 2003).

Em síntese, a condição geral da instrução pública durante o período, aponta aparentemente para uma diversidade de serviços. Serviços referentes à instrução que eram considerados muito dispendiosos, pois mesmo recebendo investimentos acima dos normalmente orçados, eram insuficientes para atenderem as necessidades pela gravidade da situação. Multiplicidades de orientações e atos normativos, devido ao pouco tempo que os presidentes de província permaneciam no cargo, que originavam uma cultura administrativa que muito pouco prezava pela continuidade das políticas (FARIA FILHO, 2007).



*Intelectuais na História da Educação:
trajetórias, espaços e contextos*

21 a 24 de maio | 2019

*Cidade Universitária - UFMA | Campus do Bacanga
São Luís - MA | Brasil*

Essa falta de recursos trouxe inúmeras dificuldades para o desenvolvimento do ensino primário, que abrangia desde a falta de estrutura adequada, até a carência de professores e centros de formação e capacitação. De certa forma essa precarização tinha a sua funcionalidade no processo de formação do Estado Nacional Brasileiro idealizado, na medida em que a escolarização passou então a ser um fator determinante na definição de quem teria acesso aos melhores cargos e funções de trabalho, pois os indivíduos que tivessem meios para alcançar o ensino secundário e superior – normalmente os filhos das elites – teriam a oportunidade de ocupar os principais cargos do funcionalismo público e da Província. Já, os filhos do restante da sociedade que ficassem restritos à instrução pública primária – em sua grande maioria as camadas mais populares – teriam acesso apenas aos cargos de menor prestígio social (MARCÍLIO, 2006).

3 ENSINO FEMININO NO MARANHÃO DO SÉCULO XIX

A história da educação retrata inúmeras dificuldades encontradas pelas mulheres na conquista de direitos elementares relacionados à instrução, que já há muito tempo eram garantidos aos homens: a possibilidade de serem alfabetizadas; o direito a frequentarem escolas ou; simplesmente, o reconhecimento como indivíduo dotado de inteligência. A sua entrada no espaço escolar ocorreu de forma expressiva a partir do século XIX, uma vez que se encontram registros que enfatizam discussões acerca de uma instrução feminina não restrita ao ambiente doméstico; embora essa inclusão fosse ligada ao fortalecimento do vínculo da maternidade, ressaltando-se pela formação de bons hábitos aplicados nos lares (SILVA, 2011).

3.1 Papel da mulher na sociedade ludovicense

Se a garantia de condições ideais de escolarização já era um enorme desafio, a disponibilização do acesso da mulher aos estudos era um problema muito maior, visto que ao homem era confiado o poder (FOUCAULT, 2006) e o controle familiar por meio do matrimônio como representação do mundo social constituído (CHARTIER, 1990). Além disso, a visão social sobre a educação que predominava na época era que os homens deveriam ser instruídos e as mulheres “educadas”, recaindo sobre estas a ênfase na formação moral, e sobre aqueles, a formação intelectual. (RODRIGUES, 2012).



XII

ENCONTRO
MARANHENSE DE
HISTÓRIA DA
EDUCAÇÃO

*Intelectuais na História da Educação:
trajetórias, espaços e contextos*

21 a 24 de maio | 2019

*Cidade Universitária - UFMA | Campus do Bacanga
São Luís - MA | Brasil*

Alguns pontos podem ser destacados, durante o século XIX, que reforçam uma certa condição de inferioridade das mulheres relacionadas a questões voltadas à instrução: de forma geral, se lhe disponibilizava o ensino restrito ao nível primário, além de terem inserido nos seus currículos, o desenvolvimento de atividades voltadas para o lar, como por exemplo, o corte, a costura, dentre outras; enquanto o conteúdo direcionado aos homens, por ser diferente, era mais voltado para a aprendizagem de atividades técnicas. Outro aspecto referencia a exigência de documentações específicas para as mulheres, em virtude de sua condição, necessitando sempre de algum tipo de atestado masculino (dos pais, do esposo, ou um documento que comprovasse seu divórcio), quando submetidas a processos seletivos para atuarem como docentes; além de outras questões que refletiam um posicionamento social diferenciado (CASTELLANOS, 2012).

É importante ressaltar também que existiram iniciativas específicas para uma determinada classe de mulheres no Maranhão, como as que surgiram na década de 1840, voltadas para a fundação na capital de várias escolas femininas de caráter particular, destinadas às filhas da elite, onde aprenderiam, além das prendas domésticas, ler e escrever, dançar, tocar piano e falar francês, bem como noções de aritmética. Entretanto, vale destacar que essas medidas eram direcionadas para uma minoria e neste quadro não se incluíam as filhas das camadas menos favorecidas – o que não se diferenciava do que ocorria no restante do Brasil – a quem restavam as aulas públicas de primeiras letras ou ficariam à mercê da iniciativa da Igreja ou do governo em criar alguma instituição que viesse a amenizar essa realidade (RODRIGUES, 2012).

Os mecanismos de exclusão das mulheres no ensino refletiam-se desde a seleção do currículo escolar reduzido e diferenciado, que deveria contemplar o domínio de trabalhos domésticos, até a instalação das primeiras escolas formadoras de professores, as chamadas Escolas Normalistas, na medida em que foram destinadas, inicialmente, vagas exclusivas para indivíduos do gênero masculino. Essa situação vai se modificando a partir do momento em que o magistério feminino se apresenta como solução para a carência de mão-de-obra na escola primária, visto que era a única profissão que conciliava as funções domésticas da mulher com as atividades de educadoras que já exerciam em casa, sendo assim um prolongamento de seu papel de mãe e portanto, tornando-se permitida socialmente, o que de certa forma foi um dos



XII ENCONTRO
MARANHENSE DE
HISTÓRIA DA
EDUCAÇÃO

*Intelectuais na História da Educação:
trajetórias, espaços e contextos*

21 a 24 de maio | 2019

*Cidade Universitária - UFMA | Campus do Bacanga
São Luís - MA | Brasil*

motivos para o desprestígio em relação à profissão e aos baixos salários oferecidos (TANURI, 2000).

A partir da segunda metade do século XIX, percebe-se uma mudança mais intensa nessa questão, impulsionada pela influência de pensamentos filosóficos e científicos, como o liberalismo e a dinamicidade da vida sociocultural do Brasil. Transformações de ordem ideológica, política e cultural eram acompanhadas de intensa movimentação de ideias, com profundas repercussões no setor educacional, que passava assumir uma importância até então não vislumbradas. Essas modificações apontavam para a necessidade de educação da mulher vinculada à modernização da sociedade. (ALENCASTRO, 2006)

3.2 Leis da instrução voltadas ao ensino feminino

Verificar um vasto conjunto documental de Leis promulgadas no Maranhão no século XIX auxilia no entendimento da construção social da escola maranhense, nos seus embates e tensões, bem como a visão dos governantes quanto à necessidade da instrução das mulheres. Contudo, reconhece-se também que é necessário um cuidado na interpretação dessas ferramentas jurídicas, pois “a legislação tem sido uma fonte controversa em vários sentidos, porque obviamente, vivemos em um país de valores proclamados e quase sempre não realizados” (SÁ e SIQUEIRA, 2000, p.7).

Essas leis são importantes para o estudo proposto, pois complementam uma temática pouco explorada no campo da história da educação, principalmente no Maranhão. Motta (2003) reforça essa questão, ao apresentar dados do direcionamento dos estudos realizados na Universidade Federal do Maranhão:

[...] a Universidade Federal do Maranhão, de 1952 até hoje conta com 428 dissertações e 152 teses [...]. Os trabalhos produzidos na área específica de educação abordam, preferencialmente temas como vestibular, criação de cursos, campus avançados, escola comunitária, alfabetização de adultos, planejamento, entre outros [...] estudos sobre a historiografia educacional têm sido efetuados pela graduação, através das monografias de fim de curso, somente na presente década. Contudo, estudos históricos que tratem da mulher no campo educacional, até o presente momento, já foram efetuados apenas dois. (MOTTA, 2003, p. 114 e 115).

Este estudo (embora de 2003) reforça a carência que se tinha de pesquisas voltadas para a mulher no campo educacional no Maranhão até então; mesmo que provavelmente se tenha avançado nesta área. Motivo pelo qual, procura-se levantar as legislações do século XIX referentes a essa temática, visado que os dados aqui elencados fomentem novas investigações



*Intelectuais na História da Educação:
trajetórias, espaços e contextos*

21 a 24 de maio | 2019

*Cidade Universitária - UFMA | Campus do Bacanga
São Luís - MA | Brasil*

na área e enriqueça os possíveis estudos realizados nesta última década. A quantidade de documentos levantados, foram 44 leis que abordaram questões relacionadas ao ensino feminino, distribuídas conforme a tabela que se segue

Tabela 1 – Distribuição por ano e quantidade das leis

ANO	QUANTIDADE DE LEIS	ANO	QUANTIDADE DE LEIS	ANO	QUANTIDADE DE LEIS
1835	0	1855	4	1875	0
1836	0	1856	5	1876	0
1837	1	1857	1	1877	0
1838	0	1858	1	1878	1
1839	0	1859	1	1879	0
1840	1	1860	0	1880	0
1841	2	1861	3	1881	2
1842	0	1862	0	1882	1
1843	0	1863	2	1883	2
1844	0	1864	2	1884	2
1845	0	1865	1	1885	0
1846	0	1866	2	1886	0
1847	0	1867	0	1887	0
1848	0	1868	2	1888	0
1849	0	1869	0	1889	1
1850	0	1870	3		
1851	0	1871	2		
1852	0	1872	0		
1853	0	1873	1		
1854	0	1874	1		

Fonte: Castro (2009).

Com base na tabela, pôde-se verificar que dos 55 anos analisados, em 31 deles não foi encontrada nenhuma lei da instrução pública que abordasse qualquer aspecto que contribuísse para o desenvolvimento do ensino feminino no Maranhão, embora nos anos restantes, só tenhamos encontrado apenas uma lei relacionada a esta temática, como por exemplo, em 1837; 1840; 1857; 1858; 1859; 1865; 1873; 1874; 1878; 1882 e 1889.

A década de 1840 foi onde menos se encontram leis votadas para a instrução feminina, apresentando-se um total de 3 (três): uma criada na gestão de Luiz Alves de Lima, em 1840 e duas no governo de João Antônio de Miranda em 1841⁴. Esses dados apontam um certo

⁴ Presidente de Província que legisla de 13 de maio de 1841 a 03 de abril de 1842.



desprezo relacionado ao papel da mulher na sociedade, visto que o espaço ocupado por elas deveria ser apenas o lar, segundo a mentalidade da época.

Percebe-se que houve mudanças nos 10 anos seguintes, visto que na década de 1850 foi onde mais se apresentaram leis relacionadas ao ensino feminino, o que aponta um olhar do governo para a questão, destacando-se aqui os anos de 1855 com 4 leis e, 1856 como 5, respectivamente. De forma mais ampla foi também um período no qual se encontram a maior quantidade de legislações voltadas para a instrução, fruto de políticas implementadas em governos como os de Eduardo Olímpio Machado⁵, presidente de província que assumiu o cargo em vários mandatos⁶ e a Antônio Cândido da Cruz Machado que presidiu maranhão de 18 de novembro de 1855 a 24 de fevereiro de 1857.

Observa-se também que entre os anos de 1854 a 1871 foram encontrados a maior parte das legislações relacionadas a mecanismos que incentivaram a instrução da mulher no estado, reforçando a afirmação de ALENCASTRO (2006), de que a segunda metade do século XIX teve um avanço perceptível nessa temática.

Quadro 1 – Relação da Lei e o seu respectivo conteúdo

LEI	CONTEÚDO
Nº. 41, de 26 - 07 – 1837	Criar cadeiras de primeiras letras para meninas em várias Vilas da Província.
Nº. 95, de 11 - 07 – 1840	Organizar Estatutos para o Recolhimento de Nossa Senhora da Anunciação e Remédios.
Nº. 118, de 02 - 10 – 1841	Aprovar o estatuto do Recolhimento de Nossa Senhora da Anunciação e Remédios.
Nº. 123, de 05 - 10 – 1841	Criar uma cadeira de primeiras letras para meninas na Vila do Mearim.
Nº. 372, de 26 - 05 – 1855	Criar uma aula de primeiras letras para meninas na freguesia de Monção.
Nº. 374, de 26 - 05 – 1855	Criar uma aula de primeiras letras para o sexo feminino na Vila de São João Baptista em Cururupu.
Nº. 375, de 30 - 06 – 1855	Criar na Vila de Santa Elena uma aula de primeiras letras para meninas.
Nº. 376, de 30 - 06 – 1855	Criar uma aula de primeiras letras para meninas na Vila do Codó.
Nº. 408, de 18 - 07 – 1856	Elevar a cem o número dos educandos artífices e a cinquenta o das meninas do Asilo de Santa Thereza.

⁵ Segundo Mário Meireles (2008, p. 240) Eduardo Olímpio deixou um grato nome a seus governados e dedicou-se especialmente ao problema das obras públicas e da instrução, apontando-se como um dos principais serviços prestados à terra, a fundação do Asilo de Santa Tereza em janeiro de 1855.

⁶ Mandatos exercidos: de 05 de junho de 1851 a 07 de julho de 1852; de 28 de setembro de 1852 a 18 de maio de 1854; e de 05 de julho de 1854 a 12 de agosto de 1855.



*Intelectuais na História da Educação:
trajetórias, espaços e contextos*

21 a 24 de maio | 2019

*Cidade Universitária - UFMA | Campus do Bacanga
São Luís - MA | Brasil*

Nº. 411, de 18 - 07 - 1856	Criar na Vila de Pastos-Bons uma cadeira de primeiras letras e costura.
Nº. 413, de 18 - 07 - 1856	Criar na Vila da Carolina uma cadeira de primeiras letras e costura.
Nº. 418, de 30 - 07 - 1856	Criar duas cadeiras de primeiras letras, para meninas, uma na Vila da Barra do Corda e outra na povoação de Chapadinha.
Nº. 443, de 06 - 09 - 1856	Criar uma cadeira de primeiras letras para meninas na freguesia de Santa Maria de Anajatuba.
Nº. 449, de 07 - 10 - 1857	Transferir para a Vila da Vargem-Grande a cadeira de primeiras letras para meninas.
Nº. 518, de 30 - 07 - 1858	Aposentar professora de primeiras letras da Vila de Nossa Senhora do Rosário, D. Josefina Amália de Moraes Silveira.
Nº. 539, de 30 - 07 - 1859	Criar na Vila do Arary, uma cadeira de primeiras letras para meninas.
Nº. 600, de 14 - 09 - 1861	Criar duas cadeiras públicas de primeiras letras para meninas, uma na Vila do Icatú e outra na Vila da Chapada.
Nº. 604, de 14 - 09 - 1861	Autorizar o governo da Província a conceder licença à professora D. Carolina Maria Ribeiro.
Nº. 617, de 25 - 09 - 1861	Conceder um ano de licença à professora pública de primeiras letras da cidade de Viana.
Nº. 635, de 30 - 05 - 1863	Transferir as educandas do Asylo de Santa Thereza para o Recolhimento de Nossa Senhora da Anunciação e Remédios.
Nº. 661, de 06 - 07 - 1863	Criar uma cadeira de primeiras letras para o sexo feminino na Vila de Miritiba.
Nº. 705, de 02 - 07 - 1864	Criar uma cadeira de primeiras letras para o sexo feminino na Vila de Monção e outra para o sexo masculino na povoação de Mirador.
Nº. 720, de 23 - 07 - 1864	Elevar a sessenta o número de meninas desvalidas do Asylo de Santa Thereza.
Nº. 734, de 14 - 07 - 1865	Criar três cadeiras de primeiras letras para o sexo feminino nas freguesias das Barreirinhas, da Tutoya e na Vila de São Bernardo.
Nº. 780, de 11 - 07 - 1866	Criar cadeiras de primeiras letras para o sexo feminino nas freguesias de São Sebastião da Passagem-Franca e São Felix de Balsas.
Nº. 787, de 11 - 07 - 1866	Suprimir no Asylo de Santa Thereza as aulas de desenho e de música.
Nº. 833, de 26 - 06 - 1868	Criar cadeiras do ensino primário para o sexo feminino nas Vilas da Manga, Riachão, Paço do Lumiar, São Luiz Gonzaga, dentre outras localidades.
Nº. 834, de 26 - 06 - 1868	Ajudar aos professores e professoras que forem providos definitivamente em qualquer cadeira de ensino primário fora da capital.
Nº. 896, de 09 - 07 - 1870	Conceder licença a professora pública de ensino primário da Vila do Tury-assú, Maria dos Santos da Motta Azevedo.
Nº. 918, de 20 - 07 - 1870	Transferir as educandas do Asylo de Santa Tereza para o Recolhimento de Nossa Senhora da Anunciação e Remédios.
Nº. 923, de 22 - 07 - 1870	Conceder licença a várias professoras da capital.
Nº. 943, de 09 - 06 - 1871	Conceder licença à professora de primeiras letras do Recolhimento de Nossa Senhora da Anunciação e Remédios, D. Antonia Senhorinha Carneiro Belfort Rego.
Nº. 948, de 12 - 06 - 1871	Aposentar a professora pública de primeiras letras de Vila de Anajatuba.



*Intelectuais na História da Educação:
trajetórias, espaços e contextos*

21 a 24 de maio | 2019

*Cidade Universitária - UFMA | Campus do Bacanga
São Luís - MA | Brasil*

Nº. 1015, de 30 - 05 – 1873	Jubilar a professora pública de primeiras letras do Recolhimento de Nossa Senhora da Anunciação e Remédios.
Nº. 1094, de 20 - 07 – 1874	Criar uma cadeira de primeiras letras do sexo feminino na Vila de Sant'Ana do Currealinho, da comarca de Brejo.
Nº. 1169, de 31 - 05 – 1878	Transferir para o lugar Mocajutuba a cadeira do sexo feminino da freguesia do Cutim.
Nº. 1220, de 16 - 03 – 1881	Restabelecer e criar cadeiras de primeiras letras do primeiro grau para ambos os sexos em várias localidades da Província.
Nº. 1236, de 02 - 05 – 1881	Criar cadeiras de ambos os sexos do primeiro grau e transferir outras em várias localidades da província.
Nº. 1264, de 22 - 05 – 1882	Criar cadeiras para o ensino primário para o sexo masculino e feminino em várias localidades da Província.
Nº. 1288, de 30 - 07 – 1883	Aposentar as professoras públicas de Caxias e da Vila Nova de Santo Ignácio de Pinheiro.
Nº. 1289, de 30 - 07 – 1883	Criar cadeira de primeiras letras do sexo masculino no lugar Cumã e transferir para o sexo feminino a do masculino existente na povoação do Brejo de São Félix, município de São José dos Matões.
Nº. 1312, de 05 - 04 – 1884	Conceder licença a D. Rosa Margarida do Rego, professora da 2ª. Freguesia desta capital.
Nº. 1330, de 02 - 05 – 1884	Criar cadeira de primeiras letras para o sexo feminino na povoação Mocajutuba, desta ilha, e outra para o sexo masculino na povoação Serra, do termo de São José dos Matões.
Nº. 1464, de 26 - 03 – 1889	Transferir a cadeira de primeiras letras do sexo feminino da povoação Jussatuba para povoação Iguahyba.

Fonte: Adaptação dos autores, com base em Castro (2009).

Com relação às leis apresentadas no **Quadro 1**, pôde-se verificar que a grande maioria estava relacionada à criação de escolas de primeiras letras para meninas em diversas regiões do estado. Esse fato confirma que as políticas públicas voltadas para a instrução das mulheres eram direcionadas para um ensino restrito a um aprendizado elementar, focado em aprender basicamente a ler, escrever e contar, sem esquecer logicamente de aprimorar as habilidades domésticas. Não foi encontrada nenhum tipo de lei voltada para desenvolver escolas de nível secundário que abrangessem o público feminino; entretanto o crescimento do número de escolas reforça o interesse dos gestores públicos em disponibilizar um maior acesso desses centros para que através da escolarização do povo, houvesse um processo de civilização social e a perpetuação da modernidade, o que permitiria uma maior governabilidade estatal e uma maior cordialidade e passividade das camadas populares.



*Intelectuais na História da Educação:
trajetórias, espaços e contextos*

21 a 24 de maio | 2019

*Cidade Universitária - UFMA | Campus do Bacanga
São Luís - MA | Brasil*

Outro ponto relevante, diz respeito a Leis, como a de 11 de julho de 1840, a de 02 de outubro de 1841, dentre outras, relacionadas às instituições de amparo às meninas, como o Recolhimento dos Remédios. Gonçalves Dias afirmou que o presidente de Província Franco de Sá, criticou várias vezes esses estabelecimentos, afirmando que em vez deles instruírem meninas pobres e desvalidas, continuava mais a ser um encerro, do que uma instituição para o ensino da juventude abandonada do sexo feminino, constituindo-se num perfeito e constante noviciado (DIAS, apud CASTELLANOS, 2012). Por outro lado, o aumento de 50 vagas em 1856 e, depois de 60 em 1864, do Asylo de Santa Thereza – outra instituição de recolhimento de meninas pobres – são indicativos de que: alguns gestores viam relevância nesse tipo de estabelecimento; que a procura por vagas disponíveis vinha aumentando e que a necessidade pela oferta aumentara para dar conta da penúria econômica e social imperante. Uma característica marcante desses estabelecimentos é que tinham como proposta garantir as meninas um lugar na sociedade, oferecendo-lhes meios para que se tornassem futuras mães de família, por meio de uma forte educação doméstica, religiosa e de primeiras letras.

Mesmo a transferência das educandas do Asylo de Santa Tereza para o Recolhimento de Nossa Senhora da Anunciação e Remédios nos anos 1863 e 1870 apontam sinais de que haviam problemas nesse Asylo, e a necessidade da transferência de suas educandas temporariamente num primeiro momento, e em definitivo, posteriormente. Suzana Cunha (2016) explica essa situação:

Afirma-se que o aumento de meninas e a falta de seus casamentos ocasionaram um aumento nas despesas da instituição, com alimentação e alojamento das internas. Esses fatos contribuíram para justificar a decisão de José da Silva Maia, em 1870, em fechar a Instituição e remover as meninas para o Recolhimento de Anunciação e Remédios. Em 1894 passou para a ser dirigido pelas Irmãs Dorotéias (CUNHA, 2016, p. 8).

Destarte, o ideal proposto para essas instituições reforça a ideia que deveriam dar condições para que meninas (feitas mulheres na instituição) tivessem uma melhor oportunidade na vida via matrimônios. A partir do instante em que não fossem capazes de cumprirem esse propósito, se desencadeou uma série de consequências que culminou com o fechamento do estabelecimento.

Nessa lógica, pode-se perceber também algumas leis que concederam licenças e aposentaram professoras, fazendo-se importante salientar de que essa profissão foi também



*Intelectuais na História da Educação:
trajetórias, espaços e contextos*

21 a 24 de maio | 2019

*Cidade Universitária - UFMA | Campus do Bacanga
São Luís - MA | Brasil*

aproveitada pelas mulheres para se desprenderem da reclusão a que estavam destinadas em casa, pois foi uma das primeiras profissões a elas permitidas. Destaca-se também as Leis nº 95 de 11 de julho de 1840 e a nº 118 de 2 de outubro de 1841, que organizaram e aprovaram, respectivamente, os estatutos do Recolhimento de Nossa Senhora de Anunciação e Remédios, pelo destaque dessa instituição no processo de instrução de meninas no estado do Maranhão no século XIX (RODRIGUES, 2012).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se concluir do estudo que existiram avanços legislativos voltados para o ensino feminino no Maranhão Imperial, mas que eles, entretanto, estavam relacionados à visão do que seria o papel ideal para uma mulher daquela sociedade. É notável que existiram melhorias, como: a garantia por lei do acesso à instrução; a oportunidade de desempenho de uma profissão (inicialmente a de professora do ensino primário); aumento do número de instituições de acolhimento e formação de meninas; dentre outros aspectos.

Porém, pôde-se verificar que essas conquistas do gênero, obtidas na área da instrução, vieram geralmente cercadas por mecanismos que reforçavam a discriminação da mulher, colocando-a em lugares específicos e posições estratégicas que deveria aceitar como seus. Apesar de terem conseguido acesso ao ensino, também este era restrito a aspectos muito elementares, simples e cujo currículo era diferenciado, voltado para as disciplinas domésticas, que facilitariam o desempenho de suas atribuições de donas do lar; entretanto, seu papel desempenhado na educação dos filhos e na economia doméstica, entre outros aspectos, forma necessários, reconhecidos e urgentemente estimulados de varias formas para a formação da nova civilidade que se pretendia. A oportunidade de desempenharem a profissão de professora do ensino primário só foi possível devido à carência de profissionais da área, pelos baixos salários oferecidos e pela compatibilidade das atribuições exigidas nessa função com aquelas geralmente desenvolvidas em casa com a família; contudo, também pode ter sido impulsionada pela própria representação que se tinha da mulher nos países civilizados.

Assim, a pesquisa permite um olhar mais amplo acerca de alguns avanços femininos no ensino durante o século XIX bem como das intencionalidades das políticas governamentais implementadas no período. Vale ressaltar, que independente do ideal proposto, ou mesmo das classes idealizadoras dessas ideologias, as mulheres souberem aproveitar os espaços que



*Intelectuais na História da Educação:
trajetórias, espaços e contextos*

21 a 24 de maio | 2019

*Cidade Universitária - UFMA | Campus do Bacanga
São Luís - MA | Brasil*

começaram a ser disponibilizados, por menores que fossem, para assim conquistarem anos a frente cada vez mais destaque e valorização social, tendo uma melhor formação como ponto fundamental para novas vitórias.

ABSTRACT

This paper presents the laws of public education in Maranhão that address issues related to women's education, since with the development of several areas, public education has become one of the most categorical duties of the nation; although the historical culture has silenced for centuries the participation of women and influenced rulers not to commit themselves to offering a feminine education that would develop the whole society. The laws of public education in the Maranhão Empire, from 1835 to 1889, are analyzed in order to raise devices that address issues related to the education of girls in the eighteenth century Maranhão, in order to understand their nature, and verify the problems and the proposals inserted in the legal terms. This period is chosen, since it is the one with the greatest lack of research in the history of education in Maranhão, and we begin the analysis from 1835 (because it is the first year of the Empire in which records are found) until the end of the imperial period. The laws of provincial presidents for women's public education, as found in Castro (2009) and complementary bibliographies, were used as documentary sources: Alencastro (2006), Fernandes (2003), Gondra (2009), Passos), Priore (2002), Rodrigues (2012), Sá and Siqueira (2000); Velasquez (2012). It was concluded that in the second half of the nineteenth century, there are changes in these issues, driven by the influence of philosophical and scientific thoughts, such as liberalism and the dynamics of Brazil's sociocultural life, which pointed to the need for female education linked to the modernization of society; it is understood in this sense, that the reading and analysis of the sources must be amplified by other documentary materialities of the period in focus, among them: regulations of the public instruction; reports of provincial presidents; reports of the inspectors of the public province; newspapers; among other things, insofar as it is undoubtedly to proclaim the progress of female education.

Keywords: Law and Public Instruction. Female teaching. Maranhão Empire.

REFERÊNCIAS

ALENCASTRO, Luís Felipe de. Vida privada e ordem privada no Império. *In: História da vida privada no Brasil: Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

BARROS, José d'Assunção. **História Cultural: um panorama teórico e historiográfico**. Textos de História, UNB, vol. 11, nº 1/2, 2003, p. 145-171.

CASTRO, César Augusto. **Leis e regulamentos da instrução pública no Maranhão Império: 1835 – 1889**. São Luís: EDUFMA, 2009.



*Intelectuais na História da Educação:
trajetórias, espaços e contextos*

21 a 24 de maio | 2019

*Cidade Universitária - UFMA | Campus do Bacanga
São Luís - MA | Brasil*

CASTELLANOS, Samuel Luis Velázquez. **O livro escolar no Maranhão Império: produção, circulação e prescrições.** Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, Araraquara, 2012.

CHARTIER, Roger. **A história Cultural: entre práticas e representações.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CUNHA, Suzana Karyme Gonçalves da. **A educação de meninas desvalidas no Maranhão Império.** IX EMHE e I Colóquio Internacional sobre história do livro, da leitura e das bibliotecas. 9 e 10 de maio de 2016.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Instrução elementar no século XIX. *In:* LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive. **500 anos de educação no Brasil.** 3 ed. 1 reimp., Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 117-136.

FERNANDES, Henrique Costa. **Administrações maranhenses: 1822 – 1929.** São Luís: Instituto Geia, 2003.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder.** 22. Ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2006.

GONDRA, José Gonçalves. **A arte de civilizar: medicina, higiene e educação escolar na Corte Imperial.** Rio de Janeiro: EDUERJ, 2004.

MARCÍLIO, Elaine Cristina. **A ação da inspetoria geral da instrução pública na província de Santa Catarina no período de 1874 a 1888: a precariedade da inspeção escolar como instrumento para a uniformização do ensino.** Dissertação (Mestrado em Educação). UFSC, Florianópolis, 2006.

MEIRELES, Mário Martins. **História do Maranhão.** 4.ed. rev. – Imperatriz, MA: Ética, 2008.

MOTTA, Diomar das Graças. **As mulheres professoras na política educacional no Maranhão.** São Luís, 2003.

MOTTA, Diomar das Graças. FRAZÃO, Maria das Dores Cardoso. *O empoderamento de mulheres diretoras.* *In:* FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de Freitas; MOTTA, Diomar das Graças (org.). **Mulheres na História da Educação: desafios, conquistas e resistências.** São Luís: EDUFMA: UFPB: Café & Lápis, 2011.

PASSOS, Elizete Silva. **O gênero nas Universidades do Norte e Nordeste.** Salvador: UFBA, 1997.

PRIORE, Mary del. BASSANEZI, Carla. **História das mulheres no Brasil.** 6. ed. São Paulo: Contexto, 2002.



*Intelectuais na História da Educação:
trajetórias, espaços e contextos*

21 a 24 de maio | 2019

*Cidade Universitária - UFMA | Campus do Bacanga
São Luís - MA | Brasil*

RODRIGUES, Maria José Lobato. **Educação feminina no recolhimento do Maranhão: o redefinir uma Instituição.** São Luís: Café & Lápis; EDUFMA; FAPEMA, 2012.

SÁ, Niconor Palhares de; SIQUEIRA, Elisabeth Madureira. **Leis e regulamentos da Instrução Pública do Império em Mato Grosso.** Campinas: Autores Associados, 2000.

SILVA, Sirlene Mota Pinheiro da. **A mulher professora e a sexualidade no espaço escolar.** EDUFMA, São Luís, 2011.

TANURI, Leonor Maria. **História da formação de professores.** Revista Brasileira de Educação. Mai. n.14, 2000.

VIVEIROS, Kilza Fernanda Moreira de. *Registros de memória e narrativa feminina no controle familiar no Maranhão no século XIX.* In: FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de Freitas; MOTTA, Diomar das Graças (org.). **Mulheres na História da Educação: desafios, conquistas e resistências.** São Luís: EDUFMA: UFPB: Café & Lápis, 2011.